

EM BUSCA DA TERRA: Colonização e exploração de madeiras no Oeste Catarinense

Noeli Woloszyn¹

RESUMO

Ao longo dos anos, a historiografia regional do sul do Brasil tem recebido contribuições importantíssimas acerca de temas de interesses locais. Foram pesquisados assuntos diversos, envolvendo comunidades como a italiana, a alemã e a polonesa, que encontraram nos estados meridionais a possibilidade de serem proprietários de terra e de acumular capital. Esses estudos trouxeram igualmente contribuições importantes sobre as comunidades cabocla e nativa, grupos que ocuparam pioneiramente as terras sulinas e que foram ignoradas pela historiografia tradicional. A região Oeste de Santa Catarina foi historicamente ocupada por remanescentes de nativos e *caboclos*. A efetiva colonização feita por descendentes de imigrantes europeus deu-se somente a partir do final da Guerra do Contestado, ocorrida de 1912-16. Esse acontecimento de ordem econômico-político-social estabeleceu nessas terras, colonos-camponeses vindos especialmente das colônias rio-grandenses. Uma das primeiras atividades econômicas dos colonos camponeses foi a exploração da madeira, abundante na região do Alto Uruguai. A possibilidade de obtenção de capital, conseguido com a venda das toras e o conseqüente investimento na nova propriedade, foi um dos atrativos aos descendentes de imigrantes do Rio Grande do Sul que migraram para o Oeste catarinense.

PALAVRAS CHAVE: ocupação – colonização – madeira – Oeste catarinense

ABSTRACT

FINDING LAND: Wood Colonization in the West of Santa Catarina

Noeli Woloszyn²

From the years, the regional history in South of Brazil has received important contribution from interesting local items. It was researched several subjects involving communities such as Italian, German and Polish that found in meridian states possibilities in being owner of a place and to accumulate capital. These studies brought important contribution about cabocla and native communities, groups that occupied for the first time the lands in the south and that were ignored by traditional history. The west of Santa Catarina State was occupied historically by natives and caboclos people. The effective colonization realized

¹ Historiadora, professora e coordenadora do curso de História na UnC – Concórdia. Mestre em História Regional (UPF – RS).

² Historiadora, professora e coordenadora do curso de História na UnC – Concórdia. Mestre em História Regional (UPF – RS).

by European immigrants' descendents happened from the final of Contestado War, in 1912-16. This event was from economic-politic-social order established in these lands, settler-peasant from Rio Grande State colonies. One of the first economical activities of settlers-peasants was the abundant wood exploration, in the region of Alto Uruguay. The possibility of obtaining the capital, followed for wood sale and consequently investment in a new property was one of the attractive from immigrants descendents from Rio Grande do Sul State that migrated to West in Santa Catarina State.

Key Words: occupation, colonization – wood – west of Santa Catarina

INTRODUÇÃO

Com o fim da guerra do Contestado (1912-16) a região Oeste Catarinense foi destinada à colonização. A presença de nativos e caboclos foi ignorada. O confronto cultural com e os 'novos colonos' vindos das colônias rio-grandenses foi inevitável, já que os primeiros praticavam economia de subsistência, distante da visão européia mercantilista dos colonos camponeses. Os migrantes buscaram apropriar-se da terra e dos recursos naturais existentes na região. A madeira foi uma das primeiras fontes de riqueza e, conseqüentemente, possibilidade real de obtenção de capital.

A exploração do corte das matas intensificou-se especialmente a partir da década de 1920. Esse trabalho era realizado por pequenos proprietários, empresários, empreiteiros ou apenas prestadores de serviço braçal. Era uma tarefa árdua e realizada de forma bastante rudimentar, baseada na tração animal e, sobretudo, na força física do homem, no machado e no serrote, dentro de um contexto de precárias condições climáticas, demográficas, administrativas e de segurança. O transporte da madeira para as serrarias ou pontos de embarque era realizado por carroças ou através do arrasto, tracionado por três, quatro ou cinco juntas de bois. A partir da década de 1940 aparecem os veículos motorizados, época em que o cedro começa a ficar escasso e a exploração do pinho torna-se mais intensa.

Esse trabalho pretende evidenciar a participação dos caboclos, tanto no processo de ocupação das terras do Oeste Catarinense, como uma das fundamentais forças produtivas na extração da madeira na região. Essa contribuição tem sido ignorada comumente nos

poucos trabalhos dedicados ao tema, por isso pretendemos ratificar a participação cabocla no trabalho e a supressão do acesso à propriedade da terra.

1 Terra para quem nela habita

No Oeste Catarinense, até ao final do século XIX, o povoamento da região tinha características bem definidas, do ponto de vista étnico e econômico. A área era já habitada por comunidades nativas caingangues e choclengs, por alguns trabalhadores escravizados fugidos do Paraná e do Rio Grande do Sul e por luso-brasileiros que, por diversas razões, aqui haviam se estabelecido. Da miscigenação desses grupos originou-se o caboclo da região, também conhecido, como veremos, por ‘brasileiro’.

Era na mata que o caboclo encontrava as condições mais favoráveis a sua sobrevivência, já que parte considerável de sua alimentação era assegurada pela pesca e pela coleta. Por outro lado, as florestas ofereciam condições que propiciavam o desenvolvimento das atividades agrícolas dos caboclos, considerando-se o limitado desenvolvimento técnico de sua produção, apoiada, sobretudo, no uso do fogo, para o desmatamento, que também tinha função fertilizante [cinzas] e limitadora do desenvolvimento de ervas daninhas.

Essa técnica agrícola de derrubada e queimada, denominada, também, de ‘coivara’, era praticada tradicionalmente pelas populações horticultoras tupi-guaranis, de quem os caboclos tomaram de empréstimo. Além do cultivo do feijão, do amendoim, do arroz, sobretudo a mandioca e o milho tinham lugar de destaque na horticultura cabocla. Entretanto, é indispensável não extremar o caráter autárquico dos caboclos, registrando a existência de vínculos comerciais dos mesmos, como as ‘*bodegas*’*, onde trocavam, nesses pequenos estabelecimentos comerciais, de produtos agrícolas como o fumo, o milho, o feijão, a erva-mate, etc. por sal, bebidas, querosene, pólvora, instrumento de trabalho, etc.³

Os caboclos – ‘brasileiros’ – ocupavam vasta região do Oeste Catarinense. Semi-isolados em locais que, por muito tempo, serviram de passagem para tropeiros entre o sudeste e o sul do Brasil, dedicavam-se, sobretudo a atividades produtivas de subsistência, vendendo o excedente da produção ou produzindo alguns produtos para a venda, com

³ Cf. REIS, Maria José. *Dos primeiros tempos e lugares ao tempo dos colonos*. (cap. 1). In: REIS, M. J. *Espaços vividos, migração compulsória, identidade: os camponeses do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Ita*. Tese (Programa de Doutorado em Ciências Sociais) . Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas (SP). 1998.

destaque para a extração da erva-mate. A produção do mate era uma atividade extremamente trabalhosa, que envolvia a mão-de-obra de toda a família cabocla, geralmente no inverno, quando a agricultura e a pecuária não exigiam muito tempo. Os caboclos cultivavam igualmente abóbora, arroz, banana, feijão, mandioca, melancia e milho. Do milho, eram e são feitos os principais elementos da comida típica cabocla: a canjica, a farinha e a *quirera* *.

No início do século XX, um fenômeno de ordem econômico-político-social acarretou profundas mudanças para a região e, em especial, para a população cabocla. A construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, cujo objetivo inicial era ligar o sul com o sudeste do Brasil, provocou um dos maiores conflitos sociais da história do país. Essa obra foi a estratégia adotada pelo governo para a introdução e o desenvolvimento na região da economia mercantil hegemônica na República, além de possibilitar o deslocamento de tropas de centro ao sul Brasil, caso fosse necessário. Em 1906, foi autorizada a construção do trecho catarinense da ferrovia, sendo destinados à companhia construtora, propriedade do estadunidense Percival Farquhar, quinze quilômetros para cada lado dos trilhos, além da autorização para explorar toda a madeira existente nessas terras. O traçado da ferrovia passava pelo território contestado entre Paraná e Santa Catarina, desde 1853.

Como consequência dessa decisão, milhares de camponeses foram banidos das terras que ocupavam e exploravam pois – conforme a lógica mercantil – não possuíam os títulos de propriedade das mesmas e não orientavam centralmente sua produção para o mercado. Expulsos dos territórios nos quais sempre trabalharam e viveram, passaram a morar em acampamentos ou *redutos**, sob a direção, inicialmente, de um líder religioso conhecido como Monge.⁴

Para a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, foram trazidos cerca de oito mil operários de todo o país. Destaque-se que a população subalternizada da cidade adaptaria-se com dificuldade a esse tipo de trabalho, realizado em zona rural. O fato é que, ao término do trecho, aos poucos, os trabalhadores envolvidos nos trabalhos da ferrovia foram sendo demitidos e abandonados na região, juntando-se aos sertanejos desapropriados.

O empreendimento mais importante de Farquhar foi a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, a maior madeireira da América Latina e a segunda maior do

⁴ Cf. D' ANGELIS, Wilmar. *Contestado: a revolta dos sem-terras*. São Paulo: FTD..1991.

mundo, que serrava diariamente trezentos metros cúbicos de madeira. Nessa exploração, foram utilizados equipamentos de alta tecnologia, importados da Europa e dos Estados Unidos. Além disso, a mão-de-obra também era selecionada, tendo sido contratados cerca de oitocentos operários permanentes, a maioria descendentes de imigrantes ou estrangeiros, além de caboclos responsáveis pelo corte e transporte das toras, pagos por *empreitada*.



Figura 2 – Exploração da madeira pela madeireira Lumber

Fonte: D'Angelis. *Contestado: a revolta dos sem-terras*. p. 25.

Este cenário levou à eclosão da Guerra do Contestado, que ‘incendiou’ a região, de 1912 a 1916, dizimando em torno de vinte mil caboclos. O confronto representou a luta pelo território e a oposição ao capital internacional, mas foi essencial para impor um novo padrão de acumulação sócio-econômico-política na região, baseada na apropriação privada da terra, na produção mercantil, na acumulação de capitais.

2 A guerra pela terra

A guerra do Contestado pode ser caracterizada como o ‘divisor de águas’ no processo de ocupação e de implantação do novo modelo de acumulação na região. Habitada antes por caboclos, essas terras passaram, aos poucos, a ter uma economia essencialmente mercantil, atendendo à lógica de acumulação de capitais, que marginalizou a população nativa regional. A ocupação intensiva das terras do Oeste Catarinense ocorreu

a partir de 1920, com o fim da Guerra do Contestado. O acordo conhecido como ‘questão do Contestado’ pôs fim às disputas sobre aquelas regiões pelos governos do Paraná e de Santa Catarina, ensejando que o governo catarinense se dedicasse à organização administrativa da região onde o conflito se desenvolvera.

Para garantir a posse definitiva das terras, o governo entregou às companhias colonizadoras, em sua maioria de propriedade de empresários do Rio Grande do Sul, que deviam lotear as terras e promover migração dirigida a grupos específicos: o colono-camponês de origem européia – alemão, italiano, polonês, etc. –, com destaque para as comunidades estabelecidas no Rio Grande do Sul. Lá, já haviam demonstrado serem trabalhadores “ordeiros” capazes de explorar a terra numa ótica mercantil. Entre essas companhias estavam a *Eberle, Ahrons & Cia* e a *Luce, Rosa & Cia*, responsáveis pela propaganda e venda das terras do Alto Uruguai Catarinense.

Ao mesmo tempo em que faziam a propaganda das terras, as companhias colonizadoras vendiam a idéia de que havia um tipo nativo na região que deveria ser expulso, pois não trabalhava, vivendo como verdadeiro parasita do que a natureza fornecia. Os colonos-camponeses, em geral, e os *italianos*, em particular, já orientavam, em grau crescente, a produção agrícola e artesanal para a mercantilização. Portanto, eles viam o caboclo como sujeito atrasado ou degenerado, pois a lógica mercantil pressupõe como única forma de viver, a direcionada à acumulação de bens.

Alguns estudos citam o ‘excedente populacional’ e a ‘saturação dos solos’ como uma das causas determinantes para a saída dos agricultores descendentes de imigrantes do Rio Grande do Sul. As razões da migração eram sociais, e não naturais. O *esgotamento das terras* devia-se, sobretudo, ao fato de que era economicamente mais interessante obter lotes novos, em outras regiões, do que investir na recuperação do solo, prática, em geral, muito difícil para o pequeno agricultor. A *falta de terras* no Rio Grande do Sul era principalmente devido à forte elevação dos preços das terras oferecidas aos colonos-camponeses, já que se mantinham intocáveis os estoques do latifúndio, sobretudo pastoril. Havia igualmente outras razões para a migração.



Figura 11 – Colonização do Alto Uruguai

Fonte: GERASUL , CSN, Itambé. *Itá – Memória de uma Usina* . Itá: Gráfica Takano, 2000. p.46

Em *Retalhos históricos das comunidades II*, Maria da Graça Büchele registra essa leitura apologética sobre a *qualidade* dos migrantes: “Os colonos com sua inquebrantável [sic] energia de progredir [sic], tornaram-se verdadeiros pioneiros [sic] desta zona, a qual era nada menos que uma mata virgem [sic]”.⁵ O fato de que essa região fosse coberta em boa parte por florestas não significa que a paisagem fosse espaço *incivilizado*, ao contrário, esse fato, como veremos, foi um forte atrativo aos ‘novos colonos’. A ‘mata virgem’ era o lócus espacial de comunidades produtoras formadas de nativos e caboclos. Os colonos-camponeses que ocuparam essa região eram sujeitos históricos de carne e osso, submetidos às duras determinações econômico-sociais da economia mercantil. O fato de que a *historiografia étnica* não destaque a penosas condições de existência de maior parte dessa comunidade e os inevitáveis fracassos plenos e parciais da operação, não significa que não tenham existido.

3 Com a ‘civilização’ vem a exploração

Os ‘novos colonos’ trouxeram a reboque sua cultura e os valores de uma sociedade crescentemente mercantilista. Foram, tendencialmente, ignorados a presença e os costumes

⁵ BUCHELE, Maria da Graça Silva. *Retalhos históricos das comunidades II*. Concórdia: Gráfica. 2000.p. 232.

dos habitantes caboclos, que há muito tempo ocupavam essas terras, como apenas assinalado. O confronto cultural foi inevitável, já que as percepções de mundo e de vida eram muito diferentes. Os migrantes eram vistos como superiores porque seu trabalho gerava acúmulo de riquezas, sob a forma de bens, de mercadoria e de dinheiro. Sua concepção de riqueza estava centrada na produção excedente de bens. O caboclo via o trabalho como meio de garantir a sobrevivência. Portanto, produziam o que precisavam para manter-se e para obterem o que não podiam produzir.

O caboclo desconhecia a visão mercantil introduzida na região, patrocinada por companhias colonizadoras. Estando à margem dessa sociedade, não tendo os meios e não compreendendo o interesse em adquirir uma propriedade, tornou-se força de trabalho complementar nas lavouras do novo proprietário ou era afastado da fronteira agrícola, pelas companhias colonizadoras, e isolados em regiões distantes.

Observamos que, além da exaltação ao trabalho, a religião católica também representava um aspecto importante para os colonos. A cada comunidade edificada, a capela estava entre as primeiras construções, muitas vezes antes mesmo da abertura de estradas. Em verdade, na região de imigração italiana do sul do Brasil, a capela cumpria diversas outras funções, além da religiosa, como local de socialização comunitária, centro de lazer, sede de deliberação da comunidade, etc.⁶ Em contrapartida, a construção da escola ficava em um plano inferior. São inúmeros os relatos que apontam estratégias adotadas pelos pais, que mandavam os filhos para a escola em dias alternados, para melhor aproveitar essa ‘mão-de-obra’, sobretudo na lavoura.

Na região Oeste Catarinense, predominaram as pequenas propriedades familiares. Para fazer as roças, cortavam-se as árvores maiores com o machado, e as menores, assim como o capim, com foice. Queimavam a mata derrubada e o terreno estava pronto para plantar. Cultivava-se arroz, batata, feijão, mandioca, milho, trigo e outros produtos, que serviam como alimento básico para a família. O excedente era comercializado. Destaque-se que, por determinações geo-ecológicas profundas, os métodos produtivos e os gêneros plantados pelos colonos pioneiros eram muito parecidos aos dos caboclos, dos quais haviam sido em boa parte, adquiridos. Além da atividade agrícola, destacou-se também a pecuária – especialmente bovina e suína, ainda que, em geral, insuficiente para uma rica adubação dos terrenos. A pecuária suína contribuiu para o surgimento, mais tarde, de

⁶ Cf. MAESTRI, Mário. *Os senhores da Serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul*. 2 ed. rev. e ampl. Passo Fundo: EdiUPF. 2005. pp. 125-130.

importantes frigoríficos na região. Outra grande contribuição foi a extração e o comércio da madeira, principalmente até 1950.

Muitos colonos que migraram para o Oeste Catarinense viam nessa mudança a possibilidade de comercialização de madeira, o que certamente prometia retornos mais compensadores. Em verdade, a retirada e a venda garantidas da madeira ofereciam comumente a possibilidade de lucro imediato. As árvores forneciam lenha e seriam, igualmente, de matéria-prima nas construções dos lotes coloniais.

Tal fato evidencia o caráter ideológico do discurso tradicional da historiografia étnica da imigração sobre o ‘terror’ do imigrante ‘abandonado no meio das florestas’: “O Brasil era conhecido na Itália, sobretudo pelas suas florestas tropicais povoados de terríveis habitantes – índios, cobras, leopardos, macacos, etc. Os imigrantes partiam com a imaginação povoada de histórias sobre este *habitat* inóspito.”⁷ Em *A travessia e a mata: memória e história*, o historiador Mário Maestri assinala: “Na Itália, o emigrante vivera no seio de comunidades aldeãs – *paese*. As matas e as florestas brasileiras assombravam esse imaginário desde o momento que se decidira partir para o Brasil e sintetizavam – material e simbolicamente – o caráter inculto e selvagem dos territórios americanos que deveriam ser desbravados[...].”⁸

4 Matas do Oeste: fontes de riquezas

Nessas matas era e é possível encontrar plantas de grande valor medicinal, especialmente em áreas de baixa altitude ou próximo às margens dos rios. Essa realidade era fundamental, visto que a população nativa da região Oeste catarinense utilizou-se sistematicamente de tais espécies vegetais como principal fonte de recurso terapêutico. Desassistidos pelo poder governamental, pela medicina tradicional e pela Igreja, os caboclos procuravam nas ervas medicinais a cura para suas doenças. Boa parte dessa tradição terapêutica foi absorvida pelos colonos-camponeses estabelecidos na região.

A erva-mate (*Ilex paraguariensis*) foi uma das espécies vegetais mais consumidas e exploradas na região. De consumo comum entre os guaranis, possivelmente adotado pelos bandeirantes paulistas e difundido pelos tropeiros, a princípio, a extração era puramente

⁷ Ibidem. p. 98.

⁸ MAESTRI, Mário et, al. *A travessia e a mata: memória e história*. In: DAL BÓ, Juventino (Org.). *Simpósio Internacional sobre imigração italiana e estudos*. Caxias do Sul: Educs. 1996. p. 203.

para consumo doméstico, sem objetivo comercial. No entanto, como já assinalado, caracterizou-se como um trabalho étnico e tornou-se a principal fonte de renda dos caboclos. O produto passou a ser comercializado a partir de 1820.

A floresta da região Oeste Catarinense era composta por uma significativa quantidade de espécies vegetais que, durante muito tempo, serviu como principal fonte de recursos aos colonos-agricultores. Entre as espécies mais exploradas estavam os *cedros*, *pinheiros*, *imbuías*, *canelas*, *perobas*, e várias outras espécies igualmente valorizadas e exploradas pelas próprias empresas colonizadoras ou por madeireiras.

Com a chegada de colonos-camponeses do Rio Grande do Sul à região em questão, teve início o ciclo do extrativismo vegetal, no qual as madeiras ‘nobres’ foram extraídas das matas. Essas árvores foram extraídas, principalmente, em matas próximas ao rio Uruguai, devido à possibilidade de escoamento até os mercados, oferecida pela via fluvial. O processo de extração era feito pelas companhias colonizadoras ou pelos próprios colonos, dependendo do tipo de contrato estabelecido em ambas as partes.

Segundo o relatório *Itá: Memória de uma Usina*, toda “a região do Alto Uruguai era coberta por imensas florestas. A infra-estrutura, quase inexistente, transformou os primeiros anos de vida desses colonos numa verdadeira luta contra os obstáculos que a natureza oferecia”.⁹ Os colonos-camponeses procuravam também superar tais ‘obstáculos’, certamente não postos apenas pela *natureza*, a partir da comercialização da madeira.

O principal objetivo dos colonos era ocupar áreas ‘desabitadas’ – às custas da expulsão dos caboclos, se fosse necessário –; organizar economia familiar que produzisse boa parte do que era consumido; inserir-se no circuito mercantil local, regional, nacional e, no caso da madeira, internacional. Nesse processo, aprofundava-se a implantação da lógica mercantil-capitalista. Diante disso, surgiu a atividade extrativa madeireira, ramo de comércio lucrativo que se utilizou da exploração da natureza, nesse momento, em sentido absolutamente predatório. No período 1950-1960, as serrarias multiplicaram-se e a venda de terras nas margens do rio Uruguai intensificou-se. Os agricultores compraram as terras de segunda mão dos madeireiros que, durante o período 1930-1940, tiraram sistematicamente a madeira para comercializá-la. Muitos colonos-camponeses não se dedicaram à exploração das madeiras, mas derrubavam a floresta para poder utilizar a terra

⁹ GERASUL, CSN, Itambé. *Itá: memória de uma usina*. Itá: Takano. 2000. p.46.

para a agricultura e pecuária. Toras eram fornecidas às madeiras que, em troca, devolviam madeira beneficiada para os proprietários dos lotes construírem suas casas e instalações. O corte das árvores era feito com o machado e a serra manual. O transporte das madeiras era feito com tração animal.¹⁰

5 Mudanças na paisagem natural

A intensa exploração modificou profundamente a paisagem, provocando alterações na disponibilidade de recursos florestais. Devido à comercialização intensiva, as espécies que outrora foram de grande valor comercial, hoje se encontram em um número muito limitado. Acrescente-se a isso o desgaste do solo provocado pelo desmatamento. Os agricultores dispunham da terra como bem entendessem. Assim, o desmatamento – primeira tarefa que lhes era imposta naturalmente e, penosa, por sinal – era feita de forma empírica. Depois disso, vinha a queimada e a aradura.



Figura – Leito do rio Uruguai

Fonte: Acervo da autora

¹⁰ Cf. BELLANI, Eli Maria. *Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai*. Florianópolis: EdiUFSC. 1991.

É importante destacar que a madeira, como outros recursos naturais, tem seu valor limitado à disponibilidade dos mesmos. A exploração predatória, o contrabando e, paradoxalmente, as leis impostas pelo governo, especialmente a partir da criação do Instituto Nacional do Pinho, em 1941, promoveram a exaustão relativa dessa riqueza. Entre outras, o I.N.P tinha as seguintes atribuições – promover o fomento do comércio do pinho no interior e exterior do país; contribuir para o reflorestamento nas zonas de produção; fixar preços mínimos; estabelecer quotas de produção e de exportação; organizar o registro obrigatório dos produtores, industriais e exportadores; providenciar a construção, em locais adequados, de usinas de secagem e armazéns para depósito de madeiras; regulamentar a instalação de novas serrarias, fábricas de caixas e de beneficiamento de madeira; fiscalizar a execução das medidas e resoluções tomadas, punindo os infratores de acordo com as penalidades que forem fixadas no regulamento do I.N.P.

A exploração das matas nativas iniciou-se, com maior intensidade, a partir de 1909, com a instalação da empresa estadunidense *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* – a maior serraria da América Latina, de propriedade do capitalista Percival Farquhar, que recebeu do governo brasileiro a concessão de quinze quilômetros de cada margem da ferrovia São Paulo-Rio Grande – o equivalente a uma área de 3.248 km². A *Lumber* seguiu a lógica da acumulação capitalista, sendo uma das primeiras empresas multinacionais a se instalar no Brasil.

O principal objetivo da Lumber era explorar as grandes reservas de araucária. Por isso, escolheu as regiões mais ricas em pinhais e firmou contrato com os fazendeiros locais, comprometendo-se a serrar e retirar a madeira dos campos e liberar a área para pastagens. Com a conivência dos governantes, Percival Farquhar e os fazendeiros locais viam na exploração da madeira uma possibilidade de obter lucro fácil.

Essa situação de exploração e degradação, promovida pela Lumber, foi denunciada por Frederico Carlos Hoehne, chefe de botânica e agronomia do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal do Estado de São Paulo, em 1928, quando passou pela região Contestada. O relatório feito pelo botânico destaca: "Alguém disse que o nosso caipira é semeador de taperas, fabricante de desertos e um inimigo das matas. [...] Assim procederam e continuam agindo as vanguardas da nossa civilização, que denominamos pioneiros e desbravadores do sertão. [...] Que lucro advirá ao nosso país, ou ao Estado de Santa Catharina ou Paraná, das concessões feitas às empresas estrangeiras, para a exploração de nossas florestas mais úteis e mais fáceis de explorar? Ao nosso ver, nenhum.

É possível que particulares tirem proventos pecuniários temporários desse negócio. Mas o país fica, incontestavelmente, enormemente prejudicado com elas. [...] Urge que os governos oponham um dique à onda devastadora de madeiras, que ameaça transformar nossa terra em um deserto."¹¹

6 A riqueza que vem da mata

Segundo relatos, os Campos de Palmas, que por muito tempo foram disputados pelos estados de Santa Catarina e Paraná, eram um imenso ‘tapete de araucária’, sendo impossível determinar a quantidade dessas árvores ali existente. Podemos, entretanto quantificar o montante dessa madeira exportada aos países europeus.

Anos	Toneladas
1934	110 973
1935	130 750
1936	144 198
1937	205 262
1938	215 543
1939	307 704
1940	247 043
1941	203 701
1942	321 076
1943	272 064
1944	282 556
1945	238 529
1946	450 208
1947	476 412
1948	564 387

TABELA 1 - Exportação brasileira de Pinho serrado (em toneladas) – 1934-1948

Fonte: INP (apud BELLANI, 1991. p. 121)

¹¹ Disponível em: http://www.spvs.org.br/salaimprensa/ler_noticia.php?i=786. Acessado em: 21/04/2006.

Mas não foi apenas o meio ambiente natural que sofreu. A maior agressão ocorreu, certamente, pelo elemento humano nativo e, sobretudo, pelo caboclo que habitava as matas e dela retirava o seu sustento básico, a erva-mate. Com a instalação da *Lumber*, novamente com a conivência dos governos, os caboclos foram expulsos das terras que habitavam há mais de um século.

Com o fim do conflito do Contestado [1912-16], as terras da região Oeste Catarinense, antes habitada por caboclos, foram vendidas a colonos rio-grandenses, sobretudo, que, como citado anteriormente, foram atraídos pelas terras e matas na região. Segundo a lógica mercantil, o que interessava era a possibilidade de lucro imediato através da venda da madeira. Além disso, as matas eram evidência da existência de terras férteis, pois onde há florestas certamente os solos são propícios à agricultura, atividade econômica essencial ao colono-camponês.

Além disso, havia outras formas de aproveitamento da madeira, que propiciavam aos colonos uma relativa auto-suficiência econômica. As árvores eram extraídas das matas de suas propriedades, depois eram serradas e, com as tábuas, eram edificadas as suas principais construções, como casas, paióis, estábulos, pocilgas, cercados, pontes e móveis. Ainda era possível confeccionar recipientes para armazenar bebidas, grãos, equipamentos, ferramentas de trabalho e outros utensílios.

A partir da década de 1930, a possibilidade de lucro com a venda da madeira tornou-se real. Muitos colonos, proprietários de extensas matas virgens às margens do rio Uruguai passaram a derrubá-las e, no rio, fazer o processo de amarração das madeiras, umas às outras, em sistema de balsas, e levá-las pelo rio, em épocas de cheias, até São Borja, de onde partiam para serem comercializadas na Argentina.

Em *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul – 1902-1950*, a historiadora Liliâne Wentz registra a exploração madeireira e a degradação ambiental: “Duas eram as formas principais de devastação das matas: a primeira era a derrubada excessiva, geralmente para povoar e construir casas, pontes e utensílios, desprezando o restante; a segunda era o corte clandestino nas margens dos rios para a exportação por balsas. Nesse caso, os produtores eram acusados de cortar a madeira em época imprópria, de não tomar cuidados necessários para fazê-la secar, de serrá-la irregularmente, de prepará-la em polegadas incompletas e, também, de embarcá-la em péssimas condições.”¹²

¹² WENTZ, Liliâne Irma Mattje. *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul (1902- 1950)*. Passo Fundo: EdiUPF. 2004. p. 67.

O comércio de madeiras, de caráter ilegal, feito com os mercados da Argentina, contou com a omissão cúmplice do governo brasileiro. A imprensa regional denunciou de maneira incisiva tal fato, além de criticar a expropriação dos recursos naturais, feita de maneira desenfreada e exploratória. Essa situação é relatada pelo jornal *A Voz de Chapecó* que, de certo modo, defende esses interesses: “É um erro combater os efeitos sem procurar eliminar a causa determinante do mal. Será, pois, necessário um esforço no sentido de mudar a mentalidade de grande parte da população em relação a este assunto.”¹³ Em torno da atividade madeireira estava a lógica da acumulação de capital e, portanto, o descaso com a degradação ambiental e suas conseqüências humanas.

É certo que, ao longo de aproximadamente um século de ocupação humana intensiva, o Oeste Catarinense sofreu outras alterações ambientais significativas. Entre elas encontram-se a poluição dos rios, devido à falta de políticas que proporcionem o destino correto para o esterco de suínos e para os resíduos das agroindústrias locais, o que contribuiu para a contaminação das águas. Faz parte da memória dos balseiros ‘o tempo em que era possível beber a água dos rios’, assim como está na memória de caboclos e nativos a saudade ‘do tempo em que se podia viver nas matas, sem a interferência do colonizador e seu desejo desenfreado por capital’.

7 A ‘estrada’ da madeira

O transporte de madeiras pelo rio Uruguai até a Argentina tornou-se uma atividade paralela e/ou complementar, já que só era possível em período em que ocorriam as enchentes. Como veremos em detalhes, a renda obtida era utilizada para melhorar as condições de trabalho na agricultura, pecuária e comércio desses trabalhadores. Mas, movidos pelo ‘espírito aventureiro’ e pelos eventuais ganhos obtidos em cada viagem, bem maiores do que os da lavoura, eles não passaram de braços ao serviço do capital, o grande privilegiado pelo ‘negócio das balsas’.

Na região em estudo, o balseiro era o trabalhador que exercia esporadicamente a função de conduzir as balsas, com toras ou tábuas cortadas, pelo rio Uruguai, até São Borja, no RS. Era um trabalho sazonal, já que dependia das cheias do rio Uruguai, geralmente de junho a setembro. Em geral, esses trabalhadores eram agricultores que se

¹³ A VOZ DE CHAPECÓ. Chapecó. 21/04/1940. p.1 Apud BELLANI, Eli Maria. *Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai*. Florianópolis: EdiUFSC.1991. p. 108.

dedicavam ao cultivo da terra, na condição de colonos-camponeses, agregados ou posseiros. Nos períodos da entressafra agrícola, os colonos-camponeses buscavam uma renda extra, trabalhando como peões dos madeireiros na derrubada das árvores, arrastadores, armadores ou balseiros.

O capital adquirido com essas atividades era utilizado para atender as necessidades da família ou investir em uma nova safra. Devido ao grande isolamento da região, que dificultava a comercialização dos produtos agrícolas, as atividades relacionadas com a exportação da madeira eram fundamentais para a produção de uma renda monetária. No documentário *Histórias do Oeste*, produzido por Chico Faganello, Aloísio Lauxen, que trabalhou como balseiro, relata: “O cara [agricultor] não fazia dinheiro se não fosse esse negócio das balsas, porque produto tinha bastante, mas não tinha estrada para transportar”.¹⁴

Os trabalhadores envolvidos nessa atividade eram de diferentes *etnias*, habitando, mais comumente, as regiões próximas aos portos de onde partiam as balsas. Como apontado anteriormente, os caboclos, que viviam nas matas e ‘barrancas do rio Uruguai’, exerciam praticamente todas as funções da atividade balseira. Cortavam árvores, arrastavam toras com o auxílio dos bois, armavam as balsas, desciam o rio com as balsas. Porém, segundo parece, raramente ocupavam a função melhor remunerada da atividade, ou seja, a de prático. Apesar disso, a relação entre colonos-camponeses, madeireiros e caboclos foi relativamente pacífica, conforme destaca Jaci Poli, em *Caboclo: pioneirismo e marginalização*. “A maioria deles [caboclos] respeitava muito esses colonizadores e madeireiros, por serem mais instruídos [sic] e por terem condições de lhes dar algum dinheiro em troca.”¹⁵

Na visão dos habitantes de São Borja, que trabalhavam como lancheiros no transporte das balsas até a Argentina, os trabalhadores do rio eram mal alimentados e sofridos, contrastando com a idéia de heroísmo relatado por alguns autores e por muitos balseiros, quando relatam a viagem até São Borja. As condições de trabalho eram igualmente precárias. O trabalhador do rio não dispunha de nenhum equipamento de segurança, também não contava com assistência médica e social. Os possíveis acidentes de

¹⁴ FAGANELLO, Chico. *Histórias do oeste*. Florianópolis: Everson Faganello Comunicações, 1998. Documentário

¹⁵ POLI, Jaci. *Caboclo: pioneirismo e marginalização*. Chapecó: FUNDESTE. 1991. p. 96.

trabalho não eram indenizados e era um risco que o balseiro tinha que enfrentar sozinho. Tratava-se de uma mão-de-obra barata e sem encargos trabalhistas e sociais ao madeireiro.

Com a abertura de novas estradas e a utilização do caminhão como meio de transporte, a madeira deixou de ser escoada pelo rio Uruguai, passando a ser transportada por terra. Ao balseiro, trabalhador do rio, substituiu-se o motorista, trabalhador da estrada. Porém, nesse momento, a atividade já se encontrava arrefecida, pois o cedro, madeira mais cobiçada por esse comércio, tornara-se escassa, devido a décadas de extração.

A atividade balseira proporcionou aos colonos-camponeses a possibilidade de novos investimentos na propriedade ou em outros negócios que pudessem gerar novos lucros, como por exemplo, em alambiques, casas comerciais e madeireiras. Em relação ao caboclo, entretanto, continuou marginalizado e explorado, tornando-se a principal mão-de-obra assalariada nas serrarias das cidades da região Oeste de Santa Catarina, onde se estabeleceram nas áreas periféricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região Oeste Catarinense caracterizou-se por um processo de colonização tardia. Foi somente com o fim da guerra do Contestado, 1912-16, e a assinatura do acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, que as terras foram vendidas a colonos descendentes de imigrantes europeus, vindos sobretudo do Rio Grande do Sul. Até esta data, a região era habitada por caboclos, frutos de um processo de miscigenação de etnias, que viviam de uma economia de subsistência, baseada na horticultura e coleta de ervamate.

Com a chegada dos colonos camponeses, os caboclos foram expulsos pelas companhias colonizadoras das terras que ocupavam. Eles tiveram que trabalhar como peões nas propriedades dos migrantes rio-grandenses ou em atividades sazonais, como o plantio, a colheita ou a exploração de madeiras. Mesmo sendo bons profissionais, ao caboclo sempre couberam as menores remunerações, não permitindo que se capitalizasse.

Quanto aos descendentes de imigrantes, vindos do Rio Grande do Sul, as condições sócio-econômicas foram extremamente favoráveis. Tiveram a possibilidade de adquirirem terras férteis e a baixo custo, além de poderem explorar imensas florestas com árvores de muito valor no mercado. Todas essas condições aliadas à concepção mercantilista propiciaram o acúmulo de capital e futuros investimentos.

Atualmente é possível perceber os reflexos dessa situação exposta. Os descendentes de imigrantes tiveram acesso à terra e se capitalizaram, comprando novas terras ou investindo em atividades comerciais e industriais. O caboclo, porém, foi expropriado, explorado e vive atualmente à margem da sociedade, habitando nas periferias das cidades, trabalhando em subempregos e tendo, ainda, as menores remunerações.

REFERÊNCIAS

- BELLANI, Eli Maria. *Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai*. Florianópolis: EdiUFSC. 1991.
- BUCHELE, Maria da Graça Silva. *Retalhos Históricos das Comunidades II*. Concórdia: Gráfica. 2000.
- D' ANGELIS, Wilmar. *Contestado: a revolta dos sem-terras*. São Paulo: FTD.1991.
- FAGANELLO, Chico. *Histórias do oeste*. Florianópolis: Everson Faganello Comunicações, 1998. Documentário
- GERASUL, CSN, Itambé. *Itá – memória de uma usina*. Itá: Takano. 2000.
- LAGO, Paulo Fernando. *Santa Catarina: Dimensões e Perspectivas*. Florianópolis: EdiUFSC. 1978.
- MAESTRI, Mário. *Os senhores da Serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul*. 2 ed. rev. e ampl. Passo Fundo: EdiUPF. 2005.
- MAESTRI, Mário et, al. *A travessia e a mata: memória e história*. In: DAL BÓ, Juventino (Org.). *Simpósio Internacional sobre imigração italiana e estudos*. Caxias do Sul: Educs. 1996.
- POLI, Jaci. *Caboclo: pioneirismo e marginalização*. Chapecó: FUNDESTE. 1991.
- REIS, Maria José. *Dos primeiros tempos e lugares ao tempo dos colonos*. (cap. 1). In: REIS, M. J. *Espaços vividos, migração compulsória, identidade: os camponeses do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Ita*. Tese (Programa de Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas (SP). 1998
- WENTZ, Liliane Irma Mattje. *Os caminhos da madeira: região norte do Rio Grande do Sul (1902- 1950)*. Passo Fundo: EdiUPF. 2004.

Site da Internet:

http://www.spvs.org.br/salaimprensa/ler_noticia.php?i=786. Acessado em: 21/04/2006.